

O estado da arte da Educação para Imigrantes

The state of the art of Education for Immigrants

Adriana de Carvalho Alves Braga¹

Resumo: Neste artigo analisamos o campo teórico da Educação para Imigrantes através da produção acadêmica relacionada à área com o objetivo de desvelar quais os principais desafios, as barreiras e as possibilidades que a presença imigrante desperta no debate educacional. A pesquisa exploratória foi realizada em repositórios de teses e dissertações de universidade paulistas, sendo selecionadas seis dissertações, cujos conteúdos foram analisados. O resultado desse levantamento é capaz de desvelar aspectos como: a trajetória da conquista do direito à educação, as práticas xenofóbicas, as relações entre os estudantes imigrantes e os nacionais, a perspectiva dos professores. São trabalhos que capturam as pequenas permanências e rupturas promovidas pela presença de estudantes imigrantes nas escolas.

Palavras-chave: Educação para Imigrantes; Fluxos migratórios contemporâneos; Escolarização.

Abstract: In this article we analyze the theoretical field of Education for immigrants through academic production related to the area, with the aim of uncovering the main challenges, barriers and possibilities that the immigrant presence awakens in the educational debate. The exploratory research was carried out in repositories of theses and dissertations of a University of São Paulo, and six dissertations were selected, whose contents were analyzed. The result of this survey is capable of revealing aspects such as: the trajectory of the conquest of the right to education, xenophobic practices, relations between immigrant and national students, the perspective of teachers. These are works that include the short stays and breaks promoted by the presence of immigrant students in schools.

Keywords: Education for immigrants; Contemporary migratory flows; Teaching.

¹ Doutora em Educação, Arte e História da Cultura (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Mestre em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Integrante do grupo de pesquisa Movimentos Migratórios e Educação/PUC-SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9729-728X>. E-mail: andritsena@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A educação é tema de fundamental importância quando buscamos compreender o fenômeno da migração na perspectiva dos direitos sociais. Neste artigo, a Educação para Imigrantes é analisada a partir de dentro, e exploramos esse campo de estudos através da análise de algumas pesquisas de mestrado desenvolvidas entre os anos 2010 e 2020. Este trabalho é decorrente de nossa investigação de Doutorado, cuja tese “Imigrantes latino-americanos na escola municipal de São Paulo: *sin pertenencias, sino equipaje* - formação docente, o currículo e cultura escolar como fontes de acolhimento” foi defendida em 2019. Objetivamos, através deste artigo, contribuir para a compreensão de como diferentes sujeitos produziram suas pesquisas sobre a interface educação e migração e quais são as problemáticas mais recorrentes em tais estudos.

Na primeira parte arrolamos as dissertações utilizadas no estudo, identificando-as quanto ao ano de defesa, o título, autor/a e palavras-chave utilizadas no trabalho. Na sequência adentramos no conteúdo desses trabalhos, buscando apreender como essas pesquisas retratam os dilemas, barreiras e possibilidades anunciadas a partir da presença imigrante nas escolas da cidade de São Paulo. O resultado dessa busca propicia a compreensão de algumas das especificidades do tema e, ainda que não nos detenhamos em profundidade em alguns dos conceitos presentes nos trabalhos analisados, esta amostragem é capaz de capturar as pequenas transformações promovidas pela presença de estudantes imigrantes nas escolas.

No panorama da educação brasileira no contemporâneo, a presença de imigrantes na escola é fenômeno que constitui como problemática atual, que desafia os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e formuladores de políticas públicas, pois implica em transformações no cenário educacional. Ao se deparar com o fenômeno migratório, coloca-se em evidência a necessidade das redes de ensino construírem políticas educacionais que favoreçam o acolhimento dos estudantes imigrantes, pois é no ambiente escolar que o direito à educação se efetiva.

Nesse sentido é relevante conhecer em que direção são orientadas as pesquisas acadêmicas sobre a Educação para Imigrantes e quais matizes apresentam essas investigações. Com esse espírito exploratório, buscamos compreender o que as dissertações de mestrado produzidas em Programas de pós-Graduação de São Paulo nos revelam sobre o acolhimento de estudantes imigrantes nas escolas da educação básica.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA IMIGRANTES

O que distingue o campo teórico da Educação para Imigrantes é sua característica de tempo presente: o objeto de estudos é a transformação do ambiente escolar a partir da presença de imigrantes oriundos das mais diversas regiões do mundo. Trata-se de analisar a educação brasileira em face ao fenômeno dos fluxos contemporâneos.

Os elementos que apontam as inovações nesse debate educacional são de duas naturezas: as características dos fluxos migratórios e a atuação dos movimentos sociais em

defesa da garantia de direitos sociais. Em relação às características, há que se considerar que os imigrantes que chegam ao Brasil são, majoritariamente, oriundos do sul global, elemento que diferencia esses fluxos daqueles observados no século XIX e início do século XX, caracterizados pelo ingresso de imigrantes do hemisfério norte (BÓGUS, FABIANO, 2005: 130). Em relação ao acesso a direitos, Norões (2016: 187) explicita que “com a retomada e intensificação de diferentes fluxos para a cidade de São Paulo, os movimentos dos migrantes, apoiados por entidades sociais (ONGs, igrejas, etc.) começam a reivindicar o espaço público e a ação do Estado” (...), o que pode ser verificado, por exemplo, através da demanda por políticas públicas voltadas para o acolhimento dos estudantes nas escolas e as ações de combate à xenofobia². Logo, o fortalecimento dos movimentos sociais de imigrantes, que demandam o cumprimento das normativas garantidoras de direitos sociais, é tema de fundamental importância para que possamos compreender o modo como se alavancaram as lutas nos últimos anos, sendo que o acesso à educação - bem como a permanência e terminalidade- são as insígnias que se destacam no âmbito da Educação para Imigrantes.

Uma vez definidas as características, é importante ressaltar o caráter epistemológico dos trabalhos em Educação para Imigrantes. Para Braga (2020: 227), os trabalhos investigativos no campo da Educação para Imigrantes são interdisciplinares, produzidos em distintas áreas do conhecimento e trazem como objetivo desvelar como se estabelecem as relações entre estudantes imigrantes e nacionais, as barreiras de acesso à escolarização e os obstáculos enfrentados para a efetivação dos direitos educativos.

Um panorama do trabalho cotidiano e das relações desenvolvidas na escola é aportado por Carvalho (2015), que construiu sua pesquisa a partir da investigação da relação entre a migração, o território e a escola. Tratando de analisar as estratégias utilizadas por bolivianos, peruanos e paraguaios no estabelecimento da negociação de suas culturas nas escolas da região central da cidade de São Paulo, o autor evidencia como as comunidades escolares lidam cotidianamente com a diversidade presente nesses espaços. Relevantes também são as reflexões do autor sobre a rotina, os tempos escolares e as demandas colocadas para a instituição e, a esse respeito, ele questiona “dentro de um território com tantas urgências e demandas como é a escola, como conseguir olhar de forma atenta para a diversidade? Como não se deixar automatizar pelo cotidiano, fechando os olhos para a vida que pulsa nela?” (CARVALHO, 2015: 185).

No que tange às relações sociais, a reprodução de práticas discriminatórias ainda é um tema presente no cotidiano das escolas, o que pode ser incluído como uma das barreiras para a garantia do direito à educação. Para Kohatsu (2019: 71) “a xenofobia como uma aversão ao que é estrangeiro, assim como outras formas de discriminação, revela a dificuldade em reconhecer a humanidade do outro que se mostra como diferente”. Indubitavelmente, não há como discutir educação de qualidade quando circulam, no próprio

² A esse respeito, destacamos a atuação de imigrantes na construção da Política Municipal para a População Imigrante da cidade de São Paulo (Lei municipal 16.478/2016).

meio educacional, práticas xenofóbicas e que se questionam a humanidade do outro.

Diante desses dilemas, qual seria o papel da instituição escolar? Ao tratar das especificidades da integração de estudantes imigrantes na escola pública, Rodrigues (2019) ressalta a importância da escola na compreensão das diferenças entre os sujeitos e argumenta que o fato de não sermos todos iguais possibilita a aprendizagem mútua. Para a pesquisadora

Esquece-se que a escola poderia ser vista como local de troca de conhecimentos, entre imigrantes e nacionais, nas suas mais diferentes disciplinas, explorando-se todas as características dos países em jogo, desde localização territorial, idioma, cultura, valores, organização social e política (...). Entendemos que as funções da escola para a inserção social do jovem imigrante são fundamentais, pois trata-se de uma das bases para a formação cultural e identitária dele. (RODRIGUES, 2019: 212)

As pesquisas que analisaremos a seguir adentram nesses temas – a diversidade, a comunicação, a xenofobia – e possibilitam um recorte do que tem sido discutido no âmbito dos direitos educativos dos imigrantes, mas também são pesquisas que desvelam o modo como as relações humanas são desenvolvidas no interior das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da cidade de São Paulo.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem utilizada para o desenvolvimento deste trabalho é o estado da arte, uma pesquisa exploratória apoiada fundamentalmente em análise bibliográfica. Para Romanowski e Ens (2006), esse tipo de trabalho contribui para a elaboração de um mapeamento dos trabalhos em uma determinada área do conhecimento através: do levantamento dos objetos, da consistência e relevância do conhecimento produzido, das consequências, das possibilidades de generalização a partir da similaridade e integração dos resultados e a potencialidade desses estudos contribuírem para o delineamento das políticas públicas (ROMANOWSKI; ENS, 2006: 46).

O instrumento para o levantamento dos dados foi a pesquisa bibliográfica, realizada nos repositórios de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de São Paulo e Universidade Federal de São Paulo. Para a seleção dos trabalhos, foram consideradas as dissertações de mestrado relacionadas à Educação para Imigrantes, que retratassem a realidade da cidade de São Paulo.

Quadro 1: Dissertações sobre a Educação para Imigrantes analisadas nesse artigo

Ano	Nível	Título	Autor/a	Palavras-chave
2010	Mestrado	Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo	Giovanna Mode Magalhães	1) Direito Humano à educação; 2) Imigrantes; 3) Bolivianos; 4) Migrações internacionais

2012	Mestrado	O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito	Tatiana Chang Waldman	1) Conselhos de educação; 2) Direito à educação; 3) Estatuto dos estrangeiros; 4) Imigração; 5) Imigrantes
2013	Mestrado	Encontros e confrontos na escola: um estudo sobre as relações sociais entre alunos brasileiros e bolivianos em São Paulo	Lis Regia Pontedeiro Oliveira	1) Alunos bolivianos e brasileiros; 2) Discriminação; 3) Configurações; 4) Classificação e desclassificação
2014	Mestrado	<i>¡No hablamos español!</i> Crianças bolivianas na educação infantil paulistana	Ana Paula Silva	1) Educação Infantil; 2) Migrações; 3) Crianças; 4) Bolivianos; 5) Segundas Gerações
2016	Mestrado	Jogo de espelhos: representações sociais de professores de língua portuguesa e de aprendizes bolivianos em contexto multicultural na rede pública de ensino	Ana Katy Lazare-Gabriel	1) Aprendizes bolivianos; 2) Contexto multicultural; 3) Enfoque interculturalista; 4) Português língua estrangeira; 5) Representação social
2017	Mestrado	Construções pronominais e verbos existenciais: comparação da escrita de alunos bolivianos e descendentes de primeira geração com a de alunos brasileiros sem nenhuma ascendência hispânica	Renie Robim	1) Bolívia; 2) Construções pronominais; 3) Estudos comparados entre espanhol e português brasileiro; 4) Imigração; 5) Verbos existenciais

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa nos repositórios de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de São Paulo e Universidade Federal de São Paulo

Apresentaremos a seguir a análise das dissertações selecionadas, o critério utilizado é pautado no conteúdo e na relação entre os pesquisadores e a instituição escolar. Na seção “Pesquisas sobre o direito à educação” estão as dissertações de MAGALHÃES (2010) e WALDMAN (2012), que não atuavam em escolas no momento da elaboração da investigação. Já a seção “Pesquisas de professores da RMESP”, apresenta os trabalhos desenvolvidos por educadores.

PESQUISAS SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO

Compreender o acesso à educação como um direito humano e evidenciar as barreiras impostas a esse direito por parte dos imigrantes é o objetivo do trabalho “Fronteiras do Direito Humano a Educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo”, defendida por Giovanna Modé Magalhães, realizado junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 2010. O trabalho se inicia com um acurado panorama do contexto migratório, no qual são especificados tanto o fenômeno migratório quanto as fundamentações teóricas que ancoram a perspectiva da mobilidade humana enquanto um direito. Ao tratar do arcabouço produzido pelas organizações internacionais, o texto alerta para duas questões importantes, uma vez que a implementação das orientações depende da iniciativa política dos governos – e a morosidade na discussão referente à Convenção internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, que se arrasta há quase dez anos na Câmara Federal é um exemplo disso - e da discussão referente aos propósitos educativos, posto que existem níveis de compreensão distintos sobre quais seriam os propósitos da educação. A discussão conceitual da garantia desse direito é tomada de Katarina Tomasevski e se alicerça em três dimensões que deveriam ocorrer de forma simultânea: o direito humano à educação, os direitos humanos na educação e os direitos humanos por meio da educação.

Magalhães (2010) define que o direito humano à educação é a oferta das condições por parte do Estado para a efetivação do direito (financiamento educacional, condições de trabalho para os docentes, legislação não restritiva), os direitos humanos na educação têm vinculação com o reconhecimento das diversidades presentes na escola, e a construção de ações pedagógicas que discriminem positivamente essa diversidade, como materiais didáticos específicos e adaptação dos contextos escolares para acolher o público diverso. Em relação a efetivação dos direitos humanos através da educação, a autora exemplifica contextos relativos às finalidades da educação, intrinsecamente associados à defesa e promoção desses direitos através do estímulo a autonomia e senso crítico de todos os estudantes, o que não incide apenas sobre os estudantes identificados como ‘as minorias’ (MAGALHÃES, 2010: 101-102).

Outra importante contribuição da autora, também tomada de Tomasevski, é trazer à tona os critérios que oportunizem a realização do direito humano à educação, balizados em quatro dimensões: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade. Dessa forma, um sistema educativo deve estar disponível em quantidade suficiente, acessível por não haver barreiras restritivas ao acesso, aceitável a partir dos padrões mínimos de qualidade e adaptáveis no sentido de estar flexível para responder às necessidades dos estudantes (MAGALHÃES, 2010: 102).

Ao tratar das barreiras, são relatadas situações que limitam o acesso à educação por parte dos estudantes imigrantes: a burocracia em relação a documentação, falta de informações para acessar os direitos, invisibilidade dos estudantes, indiferença em relação ao idioma e às situações concretas da vida material (como as dificuldades em conciliar o trabalho e os estudos). A pesquisadora realizou incursão em escolas e local de moradia das famílias, onde pode recolher depoimentos de estudantes, mães e profissionais da educação.

Em 2012 foi publicada a dissertação “O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito”, de Tatiana Chang Waldman, trabalho que se insere no campo do Direito e possibilitou identificar as limitações ao acesso à educação a partir de aportes jurídicos, debruçando sobre a documentação que ampara esse direito e as sucessivas ações de cerceamento ao acesso à Educação do qual são vitimados os imigrantes.

Um destaque importante é a atuação da sociedade civil em defesa dos direitos educativos dos imigrantes, como pode ser observado em relação ao debate instaurado após a publicação da Resolução nº 9/1990, dispositivo legal da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo que impediu o acesso e a permanência de estudantes imigrantes indocumentados nos sistemas de ensino. Durante a vigência dessa Resolução nº 9/1990, as matrículas de imigrantes indocumentados foram canceladas e foi nesse contexto que se fortaleceu a atuação de organizações civis como a Pastoral dos Imigrantes, que pleitearam a revogação dessa legislação restritiva junto aos órgãos competentes. Waldman (2012) entrevistou importantes personagens desse contexto e os relatos desse histórico é um dos capítulos mais inquietantes da dissertação, pois apresenta um cenário de luta política com alguns revezes para as comunidades imigrantes. Após cinco anos de exclusão e flagrante desrespeito aos direitos humanos desses imigrantes, foi assinada a Resolução nº 10/1995, fundamentada nos princípios de não-discriminação preconizados pela Constituição de 1988.

No âmbito municipal, a autora ressalta duas consultas enviadas ao Conselho Municipal de Educação sobre a Educação para Imigrantes, que geraram pareceres do referido Conselho a respeito do tema. Os dados apresentados por Waldman (2012) manifestam um histórico inglório em relação à promoção do direito humano à educação, sendo esse negado, cerceado e questionado por parte dos agentes públicos, o que contrasta sobremaneira ao que orientam os organismos internacionais e dos quais o Brasil é signatário.

É relevante destacar que as duas pesquisadoras relataram dificuldades em acessar dados quantitativos precisos sobre a presença de estudantes imigrantes, e Waldman (2012: 203-206) apresenta os dados referentes ao Censo Escolar da Educação Básica de 2011. Já Magalhães (2010: 24), que utiliza os dados de matrícula como fontes para a pesquisa, evidencia que encontrou certa dificuldade em obter as informações, afirmando que, inicialmente, ao entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, ouviu dos responsáveis que esses dados específicos – sobre alunos imigrantes - não existiam, porque não havia discriminação por nacionalidade, sendo que todos eram tratados como iguais, todavia, após insistência da pesquisadora, esses dados foram sistematizados e enviados para compor a pesquisa – e estão publicados na página 179 da dissertação.

PESQUISAS DE PROFESSORES DA RMESP

As imposições colocadas pelo cotidiano escolar propiciam, para além de algumas frustrações, a oportunidade de refletir sobre as práticas pedagógicas, numa relação de práxis educativa e, nesse âmbito que se inserem as pesquisas realizadas por professores que atuam nos sistemas públicos de ensino, sendo essas indagações iniciadas a partir das demandas apresentadas por situações concretas vivenciadas na sala de aula e no universo

escolar. Esses pesquisadores, que exerciam suas funções docentes em regiões da cidade de São Paulo onde há grande concentração de estudantes imigrantes, se ocuparam em produzir trabalhos em escolas da rede municipal em equipamentos de Educação Infantil, como é o caso de Ana Paula Silva (2014), cuja dissertação “*No hablamos español! Crianças bolivianas na educação infantil paulistana*” defendida junto à UNIFESP em 2014, foi convertida em livro em 2016; a professora de História, Lis Régia Pontedeiro de Oliveira (2013), que realizou sua pesquisa junto a PUCSP apresenta, na dissertação “*Encontros e confrontos na escola: um estudo sobre as relações sociais entre alunos brasileiros e bolivianos em São Paulo*”, os resultados de um estudo etnográfico que explicitou as relações entre diferença e desigualdade, pautado especialmente em aspectos raciais; professora de Inglês Ana Katy Lazare Gabriel (2016) que realizou a pesquisa na USP, publicou a dissertação “*Jogo de espelhos: representações sociais de professores de língua portuguesa e de aprendizes bolivianos em contexto multicultural na rede pública de ensino*”, evidencia a percepção sobre a construção das representações de professores e alunos nos contextos nos quais esses estudantes se inserem, focando na relação interpessoal e; Reniê Robim (2017), professor de Espanhol em uma escola de Ensino Médio, se deteve em investigar os aspectos da apropriação linguística e sua dissertação “*Construções pronominais e verbos existenciais: comparação da escrita de alunos bolivianos e descendentes de primeira geração com alunos brasileiros sem nenhuma ascendência hispânica*” realizada junto à USP, é capaz de proporcionar uma amostragem sobre as variações na escrita entre os estudantes.

Pesquisa na Educação Infantil

Dentre os trabalhos selecionados para essa análise, a mais angustiante foi o produzido por Ana Paula Silva (2014), que realizou uma imersão em escolas de Educação Infantil da cidade de São Paulo. O título já nos instiga a imaginação e interesse sobre os resultados da pesquisa ‘Aqui não falamos espanhol’. Após a transcrição dessa emblemática sentença, a pesquisadora revela que “a declaração ora em forma de desabafo, ora em tom de reclamação, foi utilizada em diversas situações pelas educadoras como uma das justificativas utilizadas para explicar as dificuldades na relação com a criança imigrante boliviana e sua família” (SILVA, 2014: 100).

A pesquisadora aponta que a língua é a principal dificuldade nos processos iniciais de acolhimento e socialização, sendo descrita pela maioria das docentes entrevistadas e, no que se refere à linguagem e à aquisição da Língua Portuguesa, são evidenciadas expectativas dessas educadoras em relação às famílias dos estudantes, que acreditam que é no seio familiar que deve ocorrer o estímulo ao aprendizado da língua.

Outro aspecto recorrente na fala das educadoras é a insistência para que os pais falem português com seus filhos em casa. Isso se dá, prioritariamente, quando as crianças apresentam maiores dificuldades nos processos de socialização e aquisição da língua portuguesa. Neste caso, a responsabilidade do ensino de português é conferida à família, mesmo que esta não possua o domínio do idioma. (SILVA: 2014: 106-107)

Os resultados das entrevistas evidenciam essa perspectiva, que é o entendimento do domínio da língua como fator de facilitação da integração dos estudantes ao universo escolar, contudo, a pesquisadora alerta que essa preocupação com a língua pode escamotear uma discussão conceitual relacionada ao resquício do que a autora denomina ‘política nacionalista de caráter unicultural’ que se ampara no entendimento da supremacia linguística. Entendimento semelhante pode ser localizado nos trechos em que as professoras refletem sobre o processo de assimilação da cultura brasileira e sustentam que, uma vez estando no Brasil, esses imigrantes devem se situar culturalmente.

O trabalho de Silva (2014) também identificou os estigmas relacionados à higiene e ao vestuário. Ao longo das transcrições das entrevistas se sobressaem expressões como ‘vem a semana inteira com a mesma roupa’, ‘sujeira embaixo da unha’, ‘cheiro de cachorro molhado’, ‘vem de qualquer jeito’, entre tantas outras que revelam a percepção daquele grupo em relação aos seus estudantes imigrantes. Nesse aspecto, é aventada a possibilidade de que a ‘falta de higiene’ seja uma coisa cultural ‘deles’ ou, quem sabe, ‘uma questão genética’.

Podemos perceber que o preconceito se materializa em discriminação através de algumas situações do cotidiano escolar verificadas através da pesquisa etnográfica realizada pela autora. As situações citadas por Silva (2014) sinalizam que o estigma ocasiona em prejuízos sociais para a criança imigrante justamente numa fase de escolarização tão importante, que é a Educação Infantil. Contudo, não é apenas a criança imigrante - que tem o direito à diversidade negado – que sofre esses prejuízos, uma vez que, no processo educativo, a circulação dos saberes afeta também as crianças brasileiras, que constroem seus referenciais a partir dessas experiências. O modelo de socialização oferecido às crianças brasileiras não as habilita a questionar os estereótipos, o que ocasiona na reprodução desses.

Pesquisa no Ensino Fundamental I e II

A desvelamento do modo como se constroem as relações sociais entre estudantes imigrantes e brasileiros foi o objeto de pesquisa de Lis Regia Pontedeiro Oliveira (2013), em uma escola da região do bairro da Casa Verde, zona norte da cidade de São Paulo. Na dissertação *“Encontros e confrontos na escola: um estudo sobre as relações sociais entre alunos brasileiros e bolivianos em São Paulo”* foram apresentados os resultados da pesquisa etnográfica, realizada com estudantes do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Ao elencar as motivações para a pesquisa, Oliveira (2013) afirma que o interesse surgiu a partir de observações sobre o modo preconceituoso com o qual os estudantes bolivianos eram tratados, tanto por professores quanto por alunos. Em relação aos alunos, a pesquisadora registra que esse preconceito em relação aos bolivianos se manifestava através de tratamento pejorativo, os chamando pelo nome, e utilizando o termo ‘bólvias’, “agressões verbais sobre o odor dos mesmos; o fato de serem estrangeiros e, portanto, ‘não deveriam estar ali’; sobre falarem ‘estranho’ e não fazerem parte do grupo” (Oliveira, 2013: 9). Também entre os professores e funcionários das escolas circulavam

preconceitos, como os comentários em relação ao odor e questões sobre a documentação incompleta, contudo, era comum a afirmação de que esses estudantes bolivianos tinham bom comportamento, pois eram respeitadores e obedientes.

Os procedimentos de pesquisa foram a observação dos contextos de sala de aula - sete turmas diferentes - e interação sem a presença de professores e fora da sala de aula (foram observados 44 momentos de intervalo entre as aulas). A justificativa para a escolha desses dois momentos é a constatação de que as relações se dão de modo distinto em um ambiente com a mediação de um adulto - o professor - e em ambientes mais livres, como são os espaços de convivência. Em relação aos resultados da pesquisa empreendida pela professora, destaca-se a percepção de que, num contexto escolar caracterizado por diversas formas de exclusão e recorrentes situações de indisciplina e violência, os alunos bolivianos apresentam uma postura de submissão, que os distingue dos brasileiros, e essa tendência se manifesta através do 'olhar para baixo' comum entre os bolivianos, diferente dos brasileiros que 'encaram' seus interlocutores" (OLIVEIRA, 2013: 77) e quando se dirigem ao professor, utilizam sempre um tom de voz baixo, demonstrando respeito e reverência. Para dar conta da complexidade de situações observadas nas relações entre brasileiros e bolivianos, a autora elaborou uma lista composta por quatro indicadores: isolamento, agressões, desprezo/difamação e interações positivas; sendo que esses indicadores foram construídos nos dois momentos já mencionados (na sala de aula ou nos espaços de convivência).

O indicador de *isolamento* esteve presente, por exemplo, nos trabalhos em grupo em sala de aula onde não havia a interação do estudante boliviano com a turma, e este realizava a atividade de modo individual ou nos momentos de intervalo. Dentre as situações de agressão, são mencionados tapas na cabeça e insultos. As situações identificadas pelo indicador desprezo/difamação são, de acordo com a autora, as mais recorrentes, e se relacionam a manifestações de xenofobia nas quais os estudantes brasileiros se referem a seus colegas como 'bolivianos fedidos', 'folgados', as meninas têm o 'bumbum quadrado', 'são alcoólatras', entre outras ofensas verbais que desqualificam esses estudantes. Para a pesquisadora, a cena mais 'forte' foi observada em uma aula e foi protagonizada por uma estudante brasileira, que recusou a trocar de lugar com um colega boliviano porque "não queria pegar a 'bactéria boliviana'" (OLIVEIRA, 2013: 88). Após relatar essa situação com forte teor de preconceito e discriminação, a pesquisadora salienta que outra estudante brasileira se manifestou, afirmando que aquilo era racismo, contudo, todos os demais estudantes deram risadas e continuaram a falar de 'doenças bolivianas'.

A observação do fenômeno a partir da perspectiva dos estudantes bolivianos pode ser extraída da dissertação "*Jogo de espelhos: representações sociais de professores de língua portuguesa e de aprendizes bolivianos em contexto multicultural na rede pública de ensino*", de autoria da professora de Inglês Ana Katy Lazare Gabriel, defendida junto a Faculdade de Educação/USP em 2016. No trabalho, a pesquisadora recolheu e analisou depoimentos de professores (Polivalentes e de Língua Portuguesa) e de estudantes bolivianos matriculados na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, sendo os resultados angustiantes, quando refletimos sobre as condições nas quais se dá o acolhimento. Dentre

os professores circula a representação de estudantes tímidos, introvertidos, inseguros, comportados e silenciosos, esforçados na realização das tarefas escolares, apresentando inúmeras dificuldades de aprendizagem e com baixo rendimento escolar. A pesquisadora constata uma contradição nessa caracterização pois, para ela “ao avaliar o rendimento e a postura do aprendiz brasileiro, outras questões são consideradas, via de regra, o aprendiz que fala mais é o que tem o pior rendimento, ao passo que aqueles que são mais calados são os que apresentam bom rendimento” (LAZARE-GABRIEL, 2016: 154). Essa pesquisa etnográfica trouxe também as representações que os estudantes bolivianos trazem dos professores, que declararam que gostariam que seus professores deveriam falar mais devagar, olhar nos seus olhos, e manifestam também o desejo de não serem deixados de canto, e reconhecem que, apesar das dificuldades, têm muita vontade de aprender.

A pesquisadora apresenta uma síntese de como se dá a produção de representações dos professores de Língua Portuguesa por parte dos estudantes imigrantes e salienta que: existe uma exigência muito grande das famílias em relação ao desempenho dos estudantes (que creditam ao estudo a possibilidade de romper com o ciclo de trabalho da família); entre os estudantes, circula uma auto representação relacionada a opressão (há uma análise dos termos utilizados, e a pesquisadora destaca o uso dos diminutivos); o reconhecimento, por parte dos alunos, do papel social do professor de Língua Portuguesa, entendidos enquanto especialistas, contudo, esses estudantes acreditam que estes não são aptos para ensinar a imigrantes e em contexto multicultural (LAZARE-GABRIEL, 2016: 166).

Pesquisa no Ensino Fundamental II e Ensino Médio

O aprendizado da língua Portuguesa é, indubitavelmente, um aspecto primordial no processo de acolhimento desses estudantes imigrantes e, nesse sentido, é valiosa a contribuição de Robim (2017), que recolheu dos contextos educacionais nos quais atua elementos para refletir sobre o processo de escrita dos estudantes imigrantes. Professor de Língua Espanhola na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, Reniê Robim, investigou, na pesquisa de Mestrado, como os estudantes brasileiros e espano-falantes apresentam as marcas identitárias na escrita, através da ocorrência de alguns verbos. A dissertação “*Construções pronominais e verbos existenciais: comparação da escrita de alunos bolivianos e descendentes de primeira geração com a de alunos brasileiros sem nenhuma ascendência hispânica*” teve como objeto a aquisição da Língua Portuguesa.

Dentre as contribuições do trabalho de Robim (2017) destacamos a consideração sobre os estudantes imigrantes enquanto minoria linguística, haja vista que o Português Brasileiro é apresentado como hegemônico nas escolas. O autor evidencia que as bases conceituais para a elaboração de suas reflexões se situam no campo da sociolinguística, logo sua interpretação repousa em questões relativas aos direitos linguísticos e à diversidade. Essa perspectiva é interessante pois, sendo os estudantes imigrantes latino-americanos considerados como um grupo invisibilizado, pesa ainda sobre eles a negação linguística através da expectativa do monolinguísmo nas escolas, e até mesmo a ideia de que todos os imigrantes latino-americanos falam somente o idioma castelhano. Robim (2017:

38) alerta que esse contexto é mais complexo, uma vez que a Bolívia se afirma politicamente enquanto um Estado pluricultural e a pesquisa apresenta dados que comprovam o bilinguismo entre a população boliviana acima de seis anos, nos quais idiomas indígenas como o quéchua e aymara somam relevantes quantidades de falantes, quando verificados os idiomas principais de comunicação. A pesquisa de Robim (2017), que se insere no âmbito específico do domínio da língua portuguesa e as variações na escrita, aferiu através de cem textos discursivos, que podem ser observadas diferenças sutis nas produções de estudantes imigrantes quando comparados aos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos seis trabalhos atendeu ao objetivo de verificar como o tema da Educação para Imigrantes tem sido abordado nas pesquisas acadêmicas. As produções de Magalhães (2010) e Waldman (2012) fulguram como paradigmáticas, pois foram responsáveis por reorientar o teor da discussão para as questões do contemporâneo e simbolizaram um significativo avanço nas questões referentes a documentação, terminologias, mapeamento de atores sociais e a responsabilidade dos sistemas de ensino.

Já as pesquisas desenvolvidas por professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, trazem as perspectivas de sujeitos que recolheram, no âmbito do cotidiano de trabalho, as motivações para transformar seus dilemas em objetos de estudo. Lazare-Gabriel (2016) e Robim (2017) discutem a problemática a partir do debate linguístico, priorizando os elementos do aprendizado e domínio da Língua Portuguesa. Oliveira (2013) apresenta os dados de uma pesquisa etnográfica realizada em turmas de estudantes do ensino fundamental, e ressalta as relações entre os estudantes imigrantes e os nacionais. Sobre o acolhimento na Educação Infantil, Silva (2014) apresenta dados que demonstram que a atuação docente precisa ser revista, uma vez que a pesquisadora testemunhou situações desfavoráveis quando refletimos sobre o acolhimento das crianças imigrantes.

Ainda que a amostragem seja reduzida, as dissertações analisadas explicitam que o campo da Educação para Imigrantes tem se debruçado sobre as questões contemporâneas, e os pesquisadores envolvidos nessas discussões revelam os desafios que ainda precisam ser transpostos para a garantia dos direitos educativos das comunidades imigrantes em São Paulo. Em comum, os trabalhos apontam a necessidade de ter um olhar acurado sobre a presença imigrante na escola pois, ainda que o fenômeno migratório potencialize o alargamento cultural, ainda se observa situações que negligenciam a humanidade desses estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÓGUS, Lucia Maria M.; FABIANO, Maria Lucia Alves Fabiano. (2015). O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *Ponto-e-Vírgula*, PUC SP - No. 18 - Segundo Semestre de 2015 - p. 126-145. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/viewFile/29806/20723>

BRAGA, Adriana de Carvalho Alves (2020). Educação para imigrantes, cultura escolar e relações sociais em uma escola da cidade de São Paulo. In: *Migração e juventudes: expe-*

riências educativas e laborais em contextos de mobilidade territorial na América Latina. *Periplos: Revista de pesquisa sobre migrações*, vol. 4, núm. 1, p. 224 – 242. Recuperado de: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/issue/view/1997/477

CARVALHO, Francione Oliveira (2015). Território do significado: a cultura boliviana e a interculturalidade na rede municipal de São Paulo. *Revista Diversitas*, São Paulo: 161-214. Nº 4 mar/set.

KOHATSU, Lineu Norio (2019). Imigração, assimilação e xenofobia: algumas notas. In: Dossiê Migrações. *Cadernos CERU*, vol. 30 núm. 1, p. 50-75. Recuperado de: <http://www.periodicos.usp.br/ceru/article/view/158699>

Jogo de espelhos: representações sociais de professores de língua portuguesa e de aprendizes bolivianos em contexto multicultural na rede pública de ensino. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGALHÃES, Giovanna Modé. (2010) *Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo*. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NORÕES, Katia. (2016) De criança a migrante, de migrante a estrangeira (a): reflexões sobre a educação pública e as migrações internacionais. In: *Educação e Migrações Internas e Internacionais: um diálogo necessário*. Jundiaí, SP: Paco editorial.

OLIVEIRA, Lis Regia Pontedeiro de. (2013) *Encontros e confrontos na escola: um estudo sobre as relações sociais entre alunos brasileiros e bolivianos em São Paulo*. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ROBIM, Renie. (2017) *Construções pronominais e verbos existenciais: comparação da escrita de alunos bolivianos e descendentes de primeira geração com a de alunos brasileiros sem nenhuma ascendência hispânica*. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Leda M. O. (2019). Inserção de crianças estrangeiras na escola brasileira. *Temas de Antropología y migración*, v. 11, p. 210-224. Recuperado de: http://www.migrantropologia.com.ar/images/stories/PDF/Revista11/revista_migrantro11.pdf

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, vol. 6, núm. 19, septiembre-diciembre, p. 37-50. Recuperado de: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>

SILVA, Ana Paula. (2014) *No hablamos español! Crianças bolivianas na educação infantil paulistana*. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos.

WALDMAN, Tatiana Chang. (2012) *O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito*. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em 13/10/2020 – Aprovado em 29/10/2020